



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

229

108

Quarta Câmara Cível

Apelação Cível n.º 0138044-5

Apelante: UNIMED Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico

Apelado: Paulo Maciel dos Santos

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

EMENTA - CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. IRRETROATIVIDADE DA LEI 9656/98. INAPLICABILIDADE. *PACTA SUNT SERVANDA*. CLÁUSULA ABUSIVA. RECONHECIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

debocatas
5499

- Disposições contratuais abusivas devem ser consideradas nulas por ocasionarem grandes prejuízos aos segurados;
- Implantação de *Stent* é técnica cirúrgica que tem por finalidade manter desobstruídas as artérias do coração, evitando, quando possível, cirurgia de pontes de safena;
- Interpretação do contrato de adesão em favor do aderente/consumidor em relações consumeristas;
- Obrigatoriedade de cobertura nos casos de emergência, como tais definidos os que impliquem risco imediato de morte ou riscos irreparáveis para o paciente (art. 12, §2º da Lei 9656/98).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível tombados sob o nº 138044-5, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Turma.

Recife, 18 de Novembro de 2009

Des. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Quarta Câmara Cível

Apelação Cível n.º 0138044-5

Apelante: Unimed Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico

Apelado (a): Paulo Maciel dos Santos

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

R E L A T Ó R I O

Adoto, inicialmente, o relatório da sentença de fls. 43/46, que tem o seguinte teor:

"ler fls. 43/44"

Acrescento que o juízo *a quo* julgou procedente o feito, tornando definitiva os efeitos da tutela antecipadamente concedida, para declarar nulas as cláusulas do contrato opostas as determinações contidas no art. 10 e 12 da Lei 9656/98, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro no artigo 330, inciso II do CPC, ante a revelia do réu, ora apelante.

Contra a sentença recorre a demandada (fls. 52/77), alegando o seguinte: a) o contrato foi realizado em 14.07.1997 e por isso não pode ser aplicada a Lei 9656/98 ao caso em questão, havendo assim desobediência ao princípio da irretroatividade da lei; b) que o contrato pactuado faz lei entre as partes, ante o

231

98

princípio do *pacta sunt servanda*; c) que inexiste abuso na cláusula VI, item 13 e decretação de nulidade de tal cláusula feriu o princípio do ato jurídico perfeito, violando o artigo 5º, inciso XXXVI da CF/88.

Ao final pugna pelo provimento do apelo para que seja a sentença reformada.

As contra-razões foram lançadas às fls. 81/91 com o protesto de manutenção da sentença de primeiro grau.

É o essencial a relatar.

À Douta Revisão.

Recife, 03 de outubro de 2007.

Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



232

43

no 339/05

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
JUÍZO DE DIREITO 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE

JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Dra. Kathya Gomes Veloso

Proc.	- nº 222.2002.011716-5
Ação	- Ordinária de Nulidade de Cláusula contratual com pedido de garantia de atendimento ambulatorial, intervenção cirúrgica, odontológico, angioplastia transluminal com implante de stent, cód. 40.07.009-3, exames, terapias e internamento hospitalar pleno sem qualquer limitação cumulada com pedido de antecipação de tutela
Autor	- Paulo Maciel dos Santos
Ré	- Unimed Guararapes – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda

Sentença - Vistos, etc.

PAULO MACIEL DOS SANTOS, devidamente qualificado, através de advogado legalmente habilitado, ingressou com Ação de Ordinária de Nulidade de Cláusula Contratual, com pedido de garantia de atendimento Ambulatorial, Intervenção Cirúrgica, Odontológico, Angioplastia Transluminal com Implante de Stent, Cód. 40.07.009-3, Exames, Terapias e Internamento Hospitalar Pleno e sem qualquer limitação, cumulada com pedido de antecipação de tutela jurisdicional em desfavor da UNIMED GUARARAPES – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, igualmente qualificada nos autos, alegando em apertada síntese que é usuário do plano de saúde desde 14 de julho de 1997, na qualidade de dependente da Sra. Selma Bezerra Leite, face o contrato de prestação de serviços Médicos e Hospitalares Plano Empresarial Unimed Guararapes-Básico, firmado entre o Sinproja e a Demandada. Que o requerente é portador de angina de peito com obstrução severa na coronária direita, necessitando urgentemente ser submetido a tratamento de angioplastia transluminal com implante de Stent. Que a demandada negou a cobertura contratual. Pleiteou antecipação dos efeitos da tutela, no sentido de ordenar que a parte Requerida se abstenha a prática de atos que limitem ou vedem todo

PROCESSO Nº 2002.011716-5

233
440

tratamento ambulatorial e hospitalar de que necessita o autor, fixando multa diária, para o caso de descumprimento. Juntou documentos. Preparo, fls. 30.

Deferido o pedido de antecipação de tutela, consoante decisão fls. 32/34.

Citada, a parte ré não apresentou defesa.

Feito este breve relato. DECIDO.

Trata-se *in casu* de uma ação ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, na qual a parte ré não se manifestou nos autos, razão pela qual aplico-lhe a pena de revelia.

O feito encontra-se pronto para julgamento nos termos do art.330, inciso II do Código Processual Civil.

Noticiam os autos que o autor, na qualidade de usuário do plano de saúde fornecido pela Ré, ajuizou ação ordinária para declaração de nulidade de cláusulas contratuais, cominatória pretendendo a prestação de toda a assistência necessária para a internação e a realização do procedimento relativo ao diagnóstico feito pelos médicos, conforme documentos anexados aos autos.

De fato, como se sabe, em havendo revelia, os fatos alegados pelo autor se tornaram incontroversos e, ao mesmo tempo, sobre eles pesam a presunção de veracidade (CPC, art. 319).

Outrossim, a presunção decorrente da ausência de contestação pela ré não torna o Juiz adstrito ao acolhimento do pedido, quando os fatos articulados na inicial não o induzem nesse sentido.

Entretanto, no especial caso em exame, o conjunto probatório formado pelos elementos de convicção carreados para os autos, mormente o documento fls.29, demonstra, à evidência, que o autor necessita submeter-se ao procedimento: angioplastia transluminal com implante de Stent, cód. 40.07.009-3.

Tenho que, depois da vigência da Lei nº 9.656/98, não há possibilidade de negar-se à cobertura do referido tratamento com

234
45
10

implantação do Stent. O art. 10 da referida lei elenca expressamente as exclusões, não se incluindo entre elas o requerido pelo autor.

De outra parte, a cláusula VI do contrato, que faz referências ao serviços assegurados, quando trata da assistência cardiológica, entre parênteses anota "excluídas as cirurgias". Tal restrição não pode ser considerada. Primeiramente, não cuida a angioplastia de procedimento invasivo, de outro lado, não consta a exclusão de cláusula destinada a este fim específico.

No caso em tela, o contrato celebrado entre as partes deu-se antes do advento da referida lei, em 1996. Entretanto, o contrato de seguro renova-se anualmente, incidindo, então, a Lei nº 9.656/98, sem que se possa cogitar de desrespeito a ato jurídico perfeito. Trata-se de novo contrato, firmado na vigência da lei nova. O contrato, pois, já se renovara, restando totalmente inválida a cláusula de exclusão do contrato firmado entre as partes.

Do exame dos autos, tem-se como incontestável o fato de necessitar o autor de tratamento angioplastia transluminal com implante de Stent em razão de ser portador de angina do peito com obstrução severa na coronária direita. Os dados constantes da fl. 23/29 indicam o tipo de tratamento necessitado pelo autor.

Saliente-se que há necessidade urgente da realização do procedimento solicitado pelo medido, profissional habilitado na área de saúde, sob pena de correr risco de vida o paciente.

Não é cabível, aqui, neste momento, analisar a necessidade ou não do procedimento, sendo certo que não se pode substituir o médico. Resta apenas decidir sobre a cobertura ou não do procedimento, sendo ônus do paciente e do médico que lhe assiste e acompanha decidir sobre a conveniência ou não da adoção do procedimento com colocação do Stent.

Acerca do tema, colaciono precedente:

Seguro saúde. Cobertura de implante de prótese. Incidência da Lei nº 9.656/98. Com o advento da Lei nº 9.656/98, tornou-se ilegal cláusula de exclusão de cobertura de implante de prótese, inclusive em relação a contratos firmados anteriormente, mas renovados anualmente. Despesas respectivas devem ser indenizadas. Agravo desprovido.

PROCESSO Nº 2002.011716-5

235
467

(Agravado de Instrumento nº 70005009394, Sexta Câmara Cível, TJRS, Relator: Antônio Guilherme Tanger Jardim, julgado em 13/11/2002)

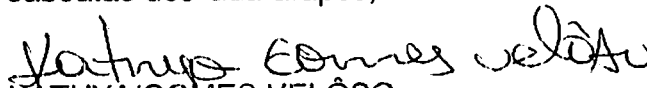
E mesmo que assim não fosse, não se pode esquecer também, que a relação vigente entre as partes está amparada pelas regras do CDC que, contrariamente a posição da ré amparam o consumidor ante a interpretação das cláusulas contratuais a seu favor, tratando-se a cláusula *sub examine* de cláusula abusiva que restringiu a cobertura do plano de saúde do autor, teor do art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor.

ISTO POSTO, e por tudo o mais constante nos autos, baseada no art. 269, inciso I do Código Processual Civil, Lei 9.656/98 e art. 51, IV do CDC, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor, tornando definitivos os efeitos da tutela inicialmente concedido, declarando nulas as cláusulas do contrato contrárias ao disposto no art. 10 e 12 da Lei 9.656/98, extinguindo, via de consequência, o processo com julgamento do mérito.

Condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios arbitrado no percentual de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

P.R.I.

Jaboatão dos Guararapes, 4 de outubro de 2005


KATHYA GOMES VELOSO

Juíza de Direito

fl. 103
scr5

236



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

anulação
do TJ

Quarta Câmara Cível

Apelação Cível n.º 0138044-5

Apelante: Unimed Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico

Apelado (a): Paulo Maciel dos Santos

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relator Convocado: Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

VOTO DE MÉRITO

Não merece prosperar o apelo.

É certa a celebração de contrato entre o autor e a Unimed Guararapes Cooperativa de Trabalho Médico, do qual o autor é beneficiário, é datado de 14.07.1997 (v. fls. 17/24). No entanto, as disposições contratuais consideradas abusivas devem ser consideradas nulas, por ocasionarem grandes prejuízos aos segurados.

Consoante decisões proferidas nos Tribunais do nosso País, especialmente no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o "stent" envolve despesa que não está excluída da cobertura do plano de saúde e, sendo assim, tem a seguradora o dever de custear o respectivo material e tratamento. (*Agravo de Instrumento n.º 70009115106, Quinta Câmara Cível, Relator Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 09/09/2004*).

Desta forma, afasta-se por completo o argumento de mácula ao ato jurídico perfeito e ao princípio do *pacta sunt servanda*.

237

Inegável é a enfermidade do apelado. Toda documentação coligida aos autos prova a patologia sofrida, bem como a necessidade da realização da cirurgia, cuja enfermidade pôs em risco a vida do apelado (fl. 28).

Como é cediço, a implantação de STENT é uma técnica cirúrgica que tem, por finalidade, manter desobstruídas as artérias do coração, evitando, quando possível, cirurgia de pontes de safena.

Na hipótese, cuidando-se de relação consumerista, como bem salienta em seu julgado o MM Juiz *a quo*, deve-se interpretar o contrato de adesão em favor do aderente/consumidor, consoante orientação jurisprudencial a seguir exposta:

"AÇÕES COMINATÓRIA, INDENIZAÇÃO E CAUTELAR. CONTRATO DE COBERTURA MÉDICO-HOSPITALAR (SEGURO-SAÚDE). CLÁUSULA LIMITATIVA. CONTRATO DE ADESÃO. INTERPRETAÇÃO A FAVOR DO ADERENTE. O reexame do conjunto probatório e a exegese de cláusulas contratuais são tarefas imunes ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, consoante a orientação sumulada nos verbetes ns. 5 e 7. Estabelecida a premissa acerca da dubiedade da cláusula inserta em contrato de adesão, deve ela ser interpretada a favor do aderente. Ajuste do dano moral aos valores usualmente fixados pela Corte. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido (RESP 435241/SP, Re. Min. César Asfor Rocha, quarta Turma, DJ de 30.06.2003, p. 256)".

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. CUMPRIMENTO CONTRATUAL. ANGIOPLASTIA CORONARIANA. IMPLANTE DE "STENT" INDISPENSÁVEL AO ÊXITO DA INTERVENÇÃO CIRÚRGICA. NEGATIVA DE COBERTURA. TUTELA ANTECIPADA. RELEVÂNCIA DE FUNDAMENTO. PREVALÊNCIA DA PROTEÇÃO À VIDA E A SAÚDE DA



238

df. 105
Qir

SEGURADA REQUERENTE. JUSTO RECEIO. DEFERIMENTO DA MEDIDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. 1. Em ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer, uma vez provada, de plano, a relevância de fundamento da demanda, que visa proteger o direito à saúde e à vida, e plenamente justificado o receio de ineficácia do provimento final no caso de indeferimento da pretensão liminar, é lícito ao Juiz, antecipando a entrega da prestação jurisdicional, conceder, initio litis, a tutela específica da obrigação. Decisão correta, por ter dado interpretação mais razoável às cláusulas contratuais em favor da segurada, economicamente hipossuficiente, nos termos do art. 51, inc. IV do Código de Defesa do Consumidor. 2. Agravo improvido, indiscrepantemente. (Agravo de Instrumento nº 88234-2, Rel. Jones Figueiredo, quarta Câmara Cível, DJ nº 103 de 3/6/2003)".

O direito do segurado está consubstanciado no art. 12 §2º da Lei 9.656/98 cujo comando torna obrigatória a cobertura de atendimento nos casos de emergência, como tais definidos os que impliquem risco imediato de morte ou riscos irreparáveis para o paciente.

Assim sendo, sem mais delongas, firmo-me no improvimento do recurso interposto, mantendo, sem restrição, a sentença hostilizada.

É como voto.

Recife,

Des. Subst. Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado

